

Na luta da **PT** Constituinte

Órgão Informativo da Bancada do Partido dos Trabalhadores

Brasília, 03 de setembro de 1987 - nº 3



Negociar sim, se for para avançar

Negociação. Esta é a palavra-chave que explica o momento atual da Constituinte, onde se formaram, ultimamente, quatro grupos suprapartidários de diferentes orientações (ver matéria em página interna). Todos esses grupos tentam, através de negociações prévias, "costurar" propostas de amplo respaldo entre os constituintes, e que, assim, possam vir a ser aprovadas pela maioria nas votações de plenário, a partir de 20 de setembro. A tendência é que esses grupos polarizem as posições, substituindo os grandes partidos, os quais, em especial o PMDB, encontram-se irremediavelmente divididos a respeito de muitas e importantes questões.

Mantendo sua independência e seu perfil ideológico, o PT participa do "grupo progressista" e conversa com o "grupo do consenso". Para a bancada do PT - que tem apenas 16 dos 559 votos na Constituinte - participar de articulações é imprescindível, já que somente procurando somar forças conseguiremos apoio suficiente para inscrever na futura Constituição o reconhecimento dos direitos da classe trabalhadora.

A possibilidade de unidade em torno desses avanços está a cada dia mais restrita. A maioria conservadora da Constituinte ameaça frustrar as esperanças populares. E

há mesmo o risco de que, ao invés de avanços, suijam alguns retrocessos. É preciso lutar contra essa ameaça, sinistra, mas real.

A situação política nacional, em particular após o plano Bresser, que agravou a um ponto insustentável o arrocho salarial, está se radicalizando progressivamente, na medida do desgaste da imagem do presidente Sarney junto à população. Consciente disso, Sarney joga todas suas cartas para levar os constituintes a votarem de acordo com os interesses que defende. É um jogo duro e pesado — marcado pelo fisiologismo e pelo tráfico de influência e privilégios.

Mesmo sujeita a essas pressões, a

maioria da Constituinte pode vir a aprovar algumas teses progressistas. Para isso, são necessárias duas coisas fundamentais: mobilização popular e capacidade de articulação. Negociar sim, desde que seja para realizar mudanças institucionais que abram caminhos para transformações sociais e econômicas. Negociar sim, com o respaldo da organização e mobilização popular.

A luta por uma Constituição progressista é conjunta à luta pela implantação de um governo legítimo, eleito diretamente pelo povo. É também a luta pelas mudanças sociais e econômicas. É, enfim, a luta contra essa farsa chamada "nova república".



ESPECIAL

A síntese dos discursos dos nossos deputados nas sessões extraordinárias da Constituinte

B. Horizonte.	3/9/87
Recife	4/9
Maceió	5/9
Aracaju	6/9
P. Alegre	11/9
São Luís	18/9
Natal	19/9
Fortaleza	20/9
Goiânia	23/9
Salvador	25/9

DIRETAS JÁ

Eis o calendário dos próximos comícios, segundo definiu o Comitê Suprapartidário Pró-Diretas

IMPRESSO

PORTE PAGO
OR-BSB
ISR-47 -331/80

JP
CUT CENTRAL UNICA DOS TRABALHADORES
RUA OUVIDOR PELEJA 242
04128 SÃO PAULO SP

Pinga Fogo

PROJETO DO PT - O Projeto de Constituição da República Federativa Democrática do Brasil, elaborado pelo PT, foi entregue, em 11 de agosto — Dia do Advogado — pelo presidente do partido, Lula, à Saia da Constituinte da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Na ocasião, o advogado Pedro Dallari, assessor da liderança do PT na Constituinte, fez uma exposição sobre nossa proposta de Constituição.



REFORMA AGRÁRIA - A Comissão Nacional Rural na Constituinte - que reúne CUT, CPT e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - está organizando caravana com cinco mil trabalhadores a Brasília nos dias 14, 15 e 16 de setembro. Eles irão se somar aos dois mil agricultores que a CONTAG reunirá. Juntos, vão pressionar a Comissão de Sistematização durante a votação da Reforma Agrária. A Secretaria Agrária do PT está apoiando a caravana. Contatos com o companheiro Rogério. Fone: (061) 213-5068 - Brasília.



LUCIDEZ — A Constituinte ganhou, com a eleição do deputado Florestan Fernandes (PT-SP), uma fonte incansável de análise científica da realidade brasileira. Com uma ativa produção intelectual, que inclui mais de 40 livros publicados, o professor Florestan tem colocado sua experiência acadêmica a serviço da luta pela educação pública, representando o PT na Comissão da Constituinte que discutiu o tema. Atento, porém, ao processo político global, continua demonstrando o caráter reacionário da “transição das elites dominantes”, em freqüentes artigos e discursos, respeitados pela lucidez e profundidade de conteúdo.

SAÚDE - Ao participar da entrega da emenda popular sobre a

Reforma Sanitária, no dia 12/08, o deputado e médico Eduardo Jorge (SP) concluiu uma fase importante da mobilização nacional pelos direitos populares na área de saúde, junto com as 200 entidades que colheram as 60 mil assinaturas. O Trabalho começou com a unificação das propostas entre os setores progressistas ligados à área, numa série de reuniões. Na elaboração da emenda, o eixo foi o de estatizar progressivamente o sistema de saúde com o controle popular em todos seus níveis. Eduardo Jorge está trabalhando agora para ampliar a mobilização conseguida no sentido de garantir a aprovação em plenário da emenda popular e das demais propostas do PT relacionadas à saúde, seguridade e meio ambiente.



NA LUTA POPULAR - Um dos fundadores da CUT, o deputado João Paulo Pires (PT-MG) está vigilante no acompanhamento das propostas de interesse do trabalhador. Assim, não hesitou em condenar a ingerência na Constituinte dos ministros militares, com seus “palpites” contra a jornada de 40 horas e a estabilidade (os militares já têm esses direitos). Representando o PT na Comissão que discutiu direitos e garantias do homem e da mulher, João Paulo não descuidou, entretanto, do trabalho de apoio às lutas do movimento sindical e da sua participação no Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte.



DIREITOS DOS APOSENTADOS - O deputado Vladimir Palmeira (PT-RJ) está dando prioridade, em sua atuação parlamentar, a quatro áreas: os direitos dos aposentados e pensionistas, a educação, a ordem econômica e a organização dos meios de comunicação de massa. No que toca ao primeiro item, Vladimir já apresentou várias emendas ao projeto de Constituição. Uma delas pre-

vê direito à aposentadoria, para o homem e para a mulher, após trinta anos de trabalho. “Homens e mulheres ganham igualdade de direitos e deveres. É natural que se aposentem com o mesmo tempo de serviço”, justifica Vladimir.



CAMPO E CIDADE - A deputada Irma Passoni (PT-SP) tem pautado sua atuação em cinco áreas principais: questão urbana, agrária, direitos da mulher, do menor e a questão mineral. Representando o PT na Comissão da Constituinte que discute a reforma agrária, Irma tem ido a várias regiões onde há conflito pela posse de terra, além de denunciar com freqüência episódios de violência contra trabalhadores rurais. Já em relação à questão urbana, Irma tem encaminhado reivindicações dos movimentos de moradores de áreas metropolitanas de São Paulo e de outras cidades. Irma explica que “as questões agrária e urbana são faces de um mesmo problema social. Os trabalhadores sem terra expulsos do campo são os mesmos que engrossam as fileiras dos sem-teto nas grandes cidades”.



DEMOCRACIA RACIAL - A deputada Benedita da Silva (PT-RJ) não se ilude com o fato de ser a primeira mulher negra a se eleger para o Congresso Nacional, nem por dirigir, às vezes, os trabalhos da Constituinte, como representante do PT na Mesa. “Se minha presença aqui é um caso inédito significa que não há democracia racial nem social no Brasil. Mas significa também que muita gente teve de lutar para eleger uma mulher negra. Nosso trabalho agora junto às mulheres, aos negros e a todos os marginalizados é acabar com esse ineditismo, conquistando espaços e igualdade de condições em todos os campos de atividade”.

Cabral corta direitos dos trabalhadores

Se depender do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), a Nação vai continuar esperando pelas mudanças. Levando em conta acordos entre políticos do PMDB, PFL, PDS e PL, o relator preparou o substitutivo ao anteprojeto da Constituição, que será votado na Comissão de Sistematização. Em suas Unhas gerais, esse substitutivo é conservador, como já se podia prever. Todas as expectativas pessimistas se confirmaram: além de manter as disposições conservadoras que caracterizam o anteprojeto nas partes econômica e política, o substitutivo elimina várias das conquistas que haviam sido obtidas durante a primeira fase da Constituinte no campo da ordem social.

Cabral retirou a estabilidade no emprego, trocando-a por um dispositivo que busca dificultar as demissões “imotivadas ou arbitrárias”. Derrubou também a jornada de 40 horas, remetendo esta questão à legislação ordinária. Reintroduziu limitações ao direito de greve, a serem definidas também pela legislação ordinária.

Na parte política manteve o mandato de cinco anos para Samey, assim como o parlamentarismo e o voto distrital misto. E retirou a reincorporação dos militares punidos pelo regime instaurado em 1964.

Na ordem econômica, o substitutivo não altera o teor conservador e entreguista do anteprojeto, E, quanto à reforma agrária, limita-se a seguir os passos do Estatuto da Terra, apenas acrescentando a imissão de posse, após a manifestação da Justiça, num prazo de 90 dias a partir da desapropriação. Nenhuma espécie de limite é colocado para o tamanho das propriedades rurais.

Agora, é combater essas propostas. As alternativas são as emendas populares e as emendas parlamentares dos setores progressistas. A pressão popular será cada vez mais indispensável agora na Comissão de Sistematização e, em seguida, no plenário.

A bancada do PT adotará a tática de pedir destaque (para que seja votado item por item) das partes de maior interesse popular. Assim, ficará mais transparente a posição de cada constituinte.

Na luta da Constituinte

Órgão Informativo da Bancada do Partido dos Trabalhadores no Congresso Constituinte.
Tiragem: 20.000 exemplares. Elaborado pela Assessoria de Comunicação da Liderança do PT.
Texto e edição: Márcio Araújo e Luiz Cláudio Pinheiro.
Diagramação: Licurgo Botelho
Ilustração: Oscar
Distribuição: Secretaria Nacional de Organização - PT.
Impressão: CEGRAF
Endereço: Liderança do PT, Câmara dos Deputados, Pç. dos Três Poderes CEP 70.160 - Brasília-DF

BANCADA DO PT NA CONSTITUINTE

TEL.: (061) 213-5172 - (061) 213-5173 - (061) 224-1669					
LIDERANÇA DO PT					
DEPUTADOS	GABINETE	TELEFONE	DEPUTADOS	GABINETE	TELEFONE
Benedita da Silva/RJ	360	(061) 213-5360	Luis Inácio Lula daSilva/SP	825	(061) 213-5825
Eduardo Jorge/SP	382	(061) 213-5382	Olívio Dutra/RS	372	(061) 213-5372
Florestan Fernandes	585	(061) 213-5585	Paulo Delgado/MG	373	(061) 213-5373
Gumercindo Milhomem/SP	371	(061) 213-5371	Paulo Paim/RS	471	(061) 213-5471
Irma Passoni/SP	237	(061) 213-5237	Plínio de Arruda Sampaio/SP	627	(061) 213-5627
João Paulo Pires/MG	384	(061) 213-5384	Virgílio Guimarães/MG	376	(061) 213-5376
José Genoíno/SP	375	(061) 213-5375	Vítor Buaziz/ES	275	(061) 213-5275
Luis Gushiken/SP	374	(061) 213-5374	Vladimir Plameira/RJ	379	(061) 213-5379

Endereço: Câmara dos Deputados, Praça dos Três Poderes, Brasília-DF — CEP 70.160
 Para escrever aos deputados do PT, acrescente o nome e número do gabinete.

O povo sabe tamanho não é documento



Mais de 11 milhões de assinaturas

O Dia Nacional de Entrega das Emendas Populares — 12 de agosto — foi um dos mais agitados da Constituinte. Num clima de festa e protesto, mais de duas mil pessoas, vindas de todo o País, apresentaram às últimas das 122 emendas populares, que totalizaram 11 milhões, 238 mil assinaturas. O ato de entrega transformou-se num comício pelas diretas, onde foi bastante vaiado o presidente da Constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães.

“Muitas emendas populares reafirmaram reivindicações da classe trabalhadora, num processo que contribuiu muito para a mobilização popular”, avaliou o líder do PT, Lula. Para ele, o trabalho de pressão apenas começou, porque “a apresentação das emendas não garante nada. Para termos chance de aprová-las”, acrescentou, “é preciso ampliar a mobilização.”

De fato, as propostas de iniciativa popular sequer foram consideradas pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). O substitutivo de sua autoria retira vários pontos que tinham sido aprovados nas Comissões temáticas e que figuravam nas emendas populares.

As propostas populares que obtiveram o maior número de assinaturas foram:

preservação do SESC, SENAC, SESI e SENAI com 1.616.792 em seis emendas; direitos da criança, com 1.246.297 em 2 emendas; reforma agrária, com 1.201.400, em 3 emendas; e direitos dos trabalhadores, com 1.060.131, em 4 emendas distintas.

A emenda do PT em favor das diretas conseguiu 50.747 assinaturas. Entre as emendas que o PT apoiou, a que estabelece a participação popular obteve 336.047, assinaturas; ensino público gratuito: 279.013; reforma sanitária: 58.615; reforma urbana: 133.068, reforma agrária: 638.444, direitos dos trabalhadores: 400.000; ordem econômica e social: 223.068; democratização dos meios de comunicação: 32.420.

A idéia de instituir as emendas populares nasceu no Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte. O PT encaminhou a proposta no seu projeto de regimento interno e assumiu sua defesa. Para possibilitar sua aprovação, foram negociadas algumas modificações, e o líder do PMDB, Mário Covas, assinou a proposta. Entre as entidades que promoveram a coleta de assinaturas, estão as religiosas, sindicais, estudantis e empresariais.



A entrega das emendas populares ocorreu num clima de festa e protesto

A Constituição deve ser longa ou curta? Alguns políticos têm insistido nessa discussão, defendendo a tese de que tanto melhor será a nova Carta quanto mais “enxuto” for o seu texto. Na verdade, o que esses setores querem é retirar da Constituição uma série de artigos, grande parte dos quais do interesse da classe trabalhadora, argumentando que eles são próprios da legislação ordinária.

Uma Constituição não é boa, nem má, por ser longa ou curta. Esse é um falso dilema. A concisão é sem dúvida recomendável. Mas não é recomendável nem compreensível que questões importantes que afetam a vida dos brasileiros — como, por exemplo, a duração da jornada de trabalho — fiquem à margem do texto constitucional. Não é possível aceitar que a Constituinte se omita a respeito de temas fundamentais como esse.

O povo precisa de uma Constituição democrática, que assegure os seus direi-

tos. Esses direitos, então, devem estar claramente inscritos. Ninguém é contra uma Constituição concisa. O que não se pode admitir é que, a pretexto dessa concisão, se “enxuguem” os direitos da população, em particular dos trabalhadores.

Além disso, não basta reconhecer um determinado direito. É preciso criar as condições para que esse direito possa ser efetivamente exercido. Um exemplo: a atual Constituição dispõe que o salário-mínimo deve ser suficiente para comprar a chamada cesta básica. Se esse artigo fosse respeitado, o salário-mínimo seria em agosto Cz\$ 15.953,28, segundo o DIEESE. A Constituição é descumprida e nada acontece. Portanto, é preciso criar mecanismos para garantir direitos que vierem a ser conquistados. Uma forma para isso — que o PT propõe — é criar o Tribunal Constitucional, encarregado de julgar violações de direitos e deveres previstos na Carta.

Em vez dos partidos, os blocos decidem

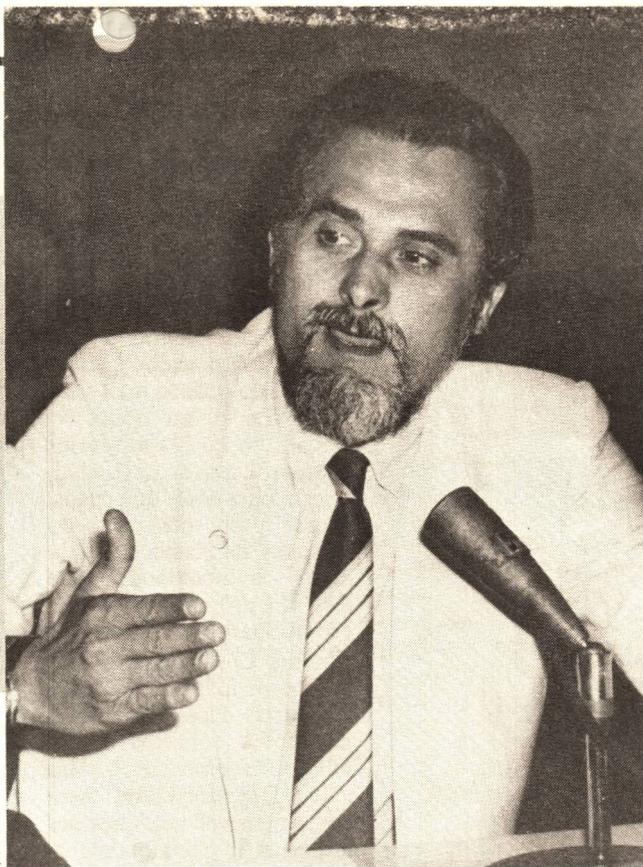
A Constituinte ingressou definitivamente na era das articulações supra-partidárias. É que os dois maiores partidos, principalmente o PMDB, mas em certa medida também o PFL, não possuem, de fato, unidade política. No PMDB o que se vê é um aglomerado de grupos, cada um dizendo coisas diferentes. Sem unidade nas bancadas majoritárias, surgem os blocos, tentando unificar e fortalecer posições semelhantes. É provável que, nos momentos de decisão pelo voto no plenário, os blocos tenham mais peso que as lideranças dos maiores partidos.

São quatro as articulações que surgiram. Uma bem à direita, abençoada pelo líder de Samey na Constituinte, deputado Carlos Santana, da qual fazem parte, entre outros, José Lourenço, do PFL, Guilherme Afif Domingos, do PL, Roberto Cardoso Alves, do PMDB. Já o “grupo dos 32”, liderado pelo senador José

Richa (PMDB) tem orientação centro-conservadora. Há também o chamado bloco “do consenso”, que reúne parlamentares de tendências que vão do centro-direita à esquerda, e que é coordenado principalmente pelo deputado Euclides Scalco, do PMDB. Finalmente, temos a “articulação de esquerda”, onde estão o PT, progressistas do PMDB, o PC do B, o PSB, PCB e parte do PDT. Essa articulação definiu consenso sobre 19 pontos polêmicos.

O PT participa da “articulação de esquerda” e conversa com o grupo “do consenso”. Para a bancada do PT — que é minoritária e possui unidade sobre os pontos fundamentais — participar coletivamente de uma articulação supra-partidária tem o sentido de somar para obter avanços que não conseguiríamos sozinhos. Nossa bancada entende também que se não for para avançar, não há porque negociar.

O voto distrital consolidaria um modelo político conservador, baseado nas oligarquias e no poder do dinheiro



Bancada do PT joga sua força em 30 emendas

A bancada do PT na Constituinte decidiu apresentar em conjunto trinta emendas ao projeto de Constituição. A maioria dessas emendas integra o Projeto de Constituição da República Federativa Democrática do Brasil - a proposta global de texto constitucional que o partido já havia apresentado. Mas, além do projeto global, os deputados do PT encaminharam emendas sobre temas específicos. Para escolher as emendas nas quais jogará sua força, a bancada petista levou em consideração vários documentos recebidos de entidades progressistas e ouviu diversas lideranças populares, do campo e da cidade.

As trinta emendas consideradas mais importantes para a intervenção do PT na Constituinte tratam dos mais variados assuntos, centrando o fogo nas piores partes do projeto da Comissão de Sistematização - que são as partes relativas à ordem econômica e à organização político-institucional. Foram apresentadas emendas também visando a garantir os direitos dos trabalhadores, como a estabilidade no emprego, a jornada semanal de 40 horas, o pleno direito de greve. Esses direitos tinham sido conquistados na Comissão

da Ordem Social e depois suprimidos na Comissão de Sistematização.

Uma das trinta emendas dispõe que deverão ser realizadas eleições diretas para a Presidência da República e para o Congresso Nacional até seis meses após a promulgação da nova Constituição, também apresentada como emenda popular. Outra emenda diz que o direito de propriedade se subordina à sua função social e a ele corresponde uma obrigação para com a sociedade, devendo o poder público assegurar a livre apropriação dos bens necessários à manutenção de uma vida digna e sóbria, para o indivíduo e os familiares que dele dependam. Há emendas também sobre organização sindical, reforma agrária, reforma urbana, sistema financeiro, saúde, educação, dívida externa, entre outros temas.

Deve-se ressaltar que essas trinta emendas não esgotam a atuação da bancada do nosso partido. Individualmente, os 16 constituintes do PT vão apresentar muitas outras propostas, cujo número já está por volta de quinhentas. Mas é nessas trinta emendas, ao lado das emendas populares apoiadas pelo movimento popular, que a bancada vai concentrar esforços.

GENOÍNO

Intercalar a negociação com a polarização

Genoíno, qual a sua opinião sobre as modificações político-institucionais possíveis através da Constituinte? O Brasil está se aproximando de ser uma democracia burguesa? Os militares continuarão a tutelar a Nação?

Acho que as modificações caminham no sentido de legitimar uma democracia burguesa de tipo conservador e autoritário, preservando a tutela militar. Isso está evidente nas propostas aprovadas até agora em relação ao sistema eleitoral, aos meios de comunicação, ao sistema de governo, papel das forças armadas, criação do "estado de defesa", etc.

Que conseqüências viriam da possível adoção do voto distrital misto conjugado com o parlamentarismo?

Consolidaria um modelo político-eleitoral conservador baseado nas oligarquias regionais e no poder do dinheiro, refletindo-se num Congresso Nacional extremamente reacionário. Por outro lado, isso provocaria um isolamento muito grande e até a inviabilização eleitoral dos partidos socialistas, como o PT. Por isso, defendemos o voto proporcional com base nas listas partidárias, sem as distorções que fazem com que um estado mais populoso tenha menos peso eleitoral proporcionalmente aos estados menos populosos.

Como se pode compatibilizar a ação parlamentar com a mobilização de massas?

Para nós do PT, a mobilização de massa e a ação parlamentar são duas pernas de um mesmo corpo, que caminha para construir uma sociedade socialista. A mobilização popular não só é um instrumento de pressão, mas deve constituir-

se para nós uma fonte de democracia exercida diretamente pelos trabalhadores. Assim, nossa ação parlamentar não deve se chocar com a mobilização popular. Pelo contrário, deve ser um instrumento dela.

Qual a sua expectativa em relação aos próximos passos da Constituinte?

Vamos entrar agora num momento decisivo, em que estarão em jogo as proposições globais para a Constituição. Até agora, tivemos uma polarização temática. Acho que o PT não pode abrir mão de polarizar, nas questões de fundo, suas posições estratégicas. As negociações pontuais devem ser feitas objetivando incluir no texto constitucional direitos e reivindicações populares, não se contrapondo às propostas mais estratégicas do Partido. É preciso intercalar a negociação com a polarização.

A campanha pelas diretas pode alterar a tendência dos constituintes, influenciando no sentido do avanço democrático e dos direitos sociais?

Acho que sim. Porque além de visar a conquista de eleições diretas em 88, opondo-se claramente ao governo Samey e sua obsessão de ficar cinco anos, esta campanha é o leito adequado para defendermos as reivindicações populares na Constituinte. Certas bandeiras só passarão na Constituinte se houver essa mobilização, que não se reduz às assinaturas nas emendas populares. Elas são o primeiro passo. O passo seguinte e decisivo é a mobilização política no País inteiro, no momento de votar as questões principais, tanto o mandato de Samey, como a reforma agrária, a estabilidade, autonomia e liberdade sindical, dívida externa e outras reivindicações dos trabalhadores.